

O Papa e o Brasil

PAULO DUARTE

João Paulo 2.º, ou Karol Wojtyła, provocou um estado de choque, no meio brasileiro. Sou católico por tradição, porque fui batizado, tendo por madrinha Nossa Senhora da Penha, em cuja velha igreja recebi o sacramento. Meu padrinho foi um pintor chamado Graciliano Xavier, homem de cor, conhecido pela sua qualidade de artista, discípulo predileto de Almeida Júnior. Dos seus quadros esplêndidos, muitos existem por aí; foi amigo íntimo de meu pai. A minha formação me tornou agnóstico. Jamais consegui a menor prova científica de que Deus existe, mas, de outro lado, jamais encontrei a menor prova de que não existe. Cartesiano, vivi assim na dúvida de todo agnóstico, alheio a qualquer religião, mas respeitando todas elas. Estudei bem as religiões que não estejam poluídas pelos preconceitos, pelas abusões. Fui e continuo a ser amigo de protestantes notáveis, de judeus e de rabinos; respeito a todos, e, não sendo místico, mantenho a minha posição cética, com a maior tranquilidade. Repugno a qualquer fanatismo, político, religioso e outros. Talvez em breve tirei a minha dúvida, pois tenho oitenta anos feitos... Sadios, mas oitenta anos é moléstia grave. Faço este inquérito comprido, só para provar que estou isento de exagero religioso, para considerar a visita de João Paulo 2.º, em toda a sua plenitude. Fui aluno do padre Teilhard de Chardin e respeito inteiramente os seus ensinamentos científicos.

Perguntaram-me qual dos pronunciamentos de João Paulo 2.º me parecia mais significativo. Não se pode dividir o pronunciamento do Papa em partes, porque se trata de uma intervenção evangélica única, que se define por um vocábulo único: evangelização.

Cristo conseguiu isso com o auxílio do Espírito Santo — quero argumentar como argumenta a Igreja Católica — e o Espírito Santo ofereceu a sua milagrosa colaboração a cada um dos seus discípulos. Os apóstolos encarregados da missão evangélica de Cristo eram doze ou onze. No caso presente trata-se de um discípulo apenas, o próprio Papa, munido de uma notável clareza de pensamento que só o Pentecostes explicaria.

Todos os ouvintes brasileiros não deixaram de reparar a correção, cada dia mais perfeita, do Papa, que, praticamente, nunca aprendera nosso idioma. Os apóstolos de Cristo receberam o quinhão milagroso. No Brasil tratava-se de uma pessoa única e isso não teria importância, pois, mais de três mil anos depois, o progresso científico já permitia muitas coisas que, àquele tempo, só o Espírito Santo poderia suprir, isto é, o poliglottismo capaz de levar o esclarecimento do emissário único, ao contrário daqueles homens simples, sem o preparo necessário a transmitir a doutrina do Mestre, sem contar o óbice da distância que, àquele tempo, só poderia ser vencida em lombo de mulas ou cavalos.

Todos esses percalços hoje se vencem facilmente pela eletrônica, para levar a ação esclarecedora aos mais recônditos do mundo brasileiro, tanto o transmissor quanto os receptores. Ao único discípulo bastava um simples microfone e aos ouvintes um simples receptor, para publicar ou ouvir a informação. É verdade que esses recursos de informação achavam-se com a gente do governo inimigo interessado em encobrir chagas e labéus motivados pelos seus próprios excessos ou incapacidade. Pois esses homens responsáveis esqueceram-se disso e eles próprios, cegados pelo pânico, foram os primeiros a oferecer tais elementos terríveis de denúncia e autopunição. Um dos cúmplices de erros e crimes de tal pânico se apossou que fugiu apavorado para não defrontar-se com o apocalipse em marcha, só aparecendo depois da partida do Papa, que não era nada disso, era apenas um corregedor corajoso e manso, disposto a lembrar a existência de direitos humanos onde haviam sido expurgados. E era sobretudo um evangelista do gentio.

De outro lado, do lado do governo, o único que poderia estar de acordo com a intervenção evangélica do Papa era o próprio presidente da República, amarrado aos caprichos dos militares e jungido a um ministério de homens pouco sérios, para usar de uma expressão de de Gaulle, voltados exclusivamente para os proveitos materiais.

No Brasil sobravam apenas o mundo das suas misérias, as massas de analfabetos e de enfermos que só pelo Sumo Pontífice seriam informados das suas próprias escassas alegrias e das imensas tristezas, das nossas mazelas sociais e políticas que os governos encobrem por motivos patrióticos e da falta de senso, enfim, imoralidades e vergonhas de cerca de vinte anos de esbanjamentos, que não conseguiram sequer dar o menor alívio a milhares de vítimas, a milhões de crianças mortas de fome e abandono! Sem contar a multidão de analfabetos, apesar do esbanjamento imenso de recursos com um Mobral escandalosamente inócuo e inoperante.

Há cerca de alguns anos apenas, havia no Brasil duas espécies de iletrados: o homem adulto, que nasceu e viveu sem a menor assistência, e o analfabeto que, mal e mal, ao Deus dará, aprendeu a ler, mas não entende o que lê. Hoje existem ainda tais levas de indigentes acrescidos de milhares de outros que passaram pelas escolas do Mobral. Todos eles entrosados, elementos que perambulam pela vida social para o fornecimento até de deputados e senadores, de pequenos e altos funcionários, cuja seleção não se faz pela capacidade mas pela proteção da politiquice partidária. Hoje, tais multidões de um modo geral ignoram os rudimentos da própria língua. Médicos há que não entendem nada de Medicina, nem como se passa um atestado de óbito; advogados que ignoram até os preceitos do Direito e por aí além. Os próprios agentes ou auxiliares da administração que comandam os preços dos mantimentos, dos gêneros de primeira necessidade, ignoram os rudimentos, não sabem nada das possibilidades dos contribuintes, se podem ou não enfrentar o preço arbitrário do custo de vida. Os que mal e mal podiam entender do assunto, estes estão muito bem colocados nos ministérios e outras dependências da Fazenda. E o pior é que as vítimas são as mesmas atingidas, as massas miseráveis, nelas incluindo a classe média que, neste momento, já não pode pagar a luz elétrica, o gás, a carne, o leite, frutas e legumes, os elementos essenciais de uma moderada necessidade doméstica. Daí a resposta precisa do caboclo, quando lhe perguntaram se tinha água em casa: se não tenho nem recursos para pagar o vento encanado, como posso pensar em água encanada?

O óleo de soja era até há pouco vendido a Cr\$ 26,50 a lata, hoje custa Cr\$ 33,50; a luz elétrica, em casa de uma pequena família, em abril chegou ao máximo da possibilidade familiar, pois passou de Cr\$ 2.420, a Cr\$ 3.746. A batata custa atualmente 82 cruzeiros o quilo. A cebola custava até há pouco 22 cruzeiros o quilo, passou agora para 40 cruzeiros. Uma cabeça de couve-flor custa hoje cem cruzeiros. Mas isso está fora da possibilidade da família de classe média. Que poderá uma família até abastada, pensar do escândalo repugnante das mordomias? E do lucro sempre aumentado dos banqueiros, da grande indústria e do grande comércio, em face da persistência desses atentados ao decoro nacional que o governo não consegue extinguir? As mães modernas, diante desse descalabro, só podem encaminhar os filhos para a única carreira possível dos trombadinhas. Ai de quem pretenda corrigir ou castigar o ladrão. Agora, recentemente, um delegado de polícia resolveu limpar a sua delegacia dos corruptos. Foi demitido pelo governador do Estado que, ao que parece, não gosta destas brincadeiras...

Ora, tudo isso, misturado ao esclarecimento lúcido que o Papa deu às massas humilhadas, evidentemente colocou este País em estado de choque. E o culpado reconhecido será evidentemente Karol Wojtyła...

A presença, rápida embora, do Papa, no Brasil, veio informar, como aconteceu há mais de dois mil anos, as massas miseráveis ou simplesmente obscurecidas, tornando-as mais conscientes da sua tragédia. Daí o impacto em que deixou o Brasil. Isso, entretanto, passará logo. A não ser que a Igreja tome conta delas, pois os governantes não querem saber de nada, a não ser mobilizar a sua política, ou lavar as mãos como Pilatos.

Paulo Duarte é jornalista, professor e historiador.

CMP 2.17.183

Folha de São Paulo - 15-VII - 1980